



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO**

**PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS RESIDUAIS
NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UFAC PARA O 1º SEMESTRE DE 2015**

EDITAL Nº38/2014

PROVA OBJETIVA

DIREITO – 5º PERÍODO

Leia atentamente as instruções a seguir:

1. Ao receber o caderno de provas, verifique se corresponde ao curso e período escolhidos. Verifique também os dados pessoais do candidato no cartão de resposta.
2. A prova é composta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha, com quatro alternativas agrupadas de "a" a "e".
3. Marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use cartão de resposta, único documento válido para a correção das suas respostas.
4. Verifique se o caderno de provas possui o número de questões correspondentes. Caso o caderno esteja incompleto, apresente qualquer defeito ou divergência nos dados pessoais no cartão de resposta, solicite ao fiscal mais próximo que tome as providências cabíveis. Somente serão atendidos os pedidos de substituição do caderno de provas ou do cartão de resposta nos primeiros 60 (sessenta) minutos.
5. Não será permitida a substituição do cartão de resposta por erro de marcação do candidato.
6. A prova objetiva terá duração de 4 (quatro) horas, com início às 8 horas e término às 12 horas.
7. O cartão de resposta será entregue após o início da prova e deverá ser conferido e assinado à vista dos fiscais.
8. O preenchimento do cartão de resposta deverá ser feito exclusivamente pelo candidato, com caneta esferográfica de cor azul ou preta, fabricada em material transparente.
9. Caso o candidato marque mais de uma opção como correta, a questão será anulada.
10. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de qualquer equipamento eletrônico, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.
11. Será desclassificado o candidato que, durante a realização da prova escrita, for surpreendido portando, em local diverso do indicado pelos fiscais, equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado, ainda que desligado.
12. De igual forma, será desclassificado o candidato cujo equipamento eletrônico e/ou material de uso não autorizado que estiver em local indicado emitir qualquer tipo de ruído, alerta ou vibração.
13. O cartão de resposta deverá ser entregue pelo candidato ao fiscal de sala.
14. O candidato que entregar o cartão de resposta não poderá retornar ao recinto.
15. O candidato somente poderá levar seu caderno de provas nos últimos 30 (trinta) minutos de prova.
16. O candidato somente poderá realizar as provas no local designado pela UFAC.
17. O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu caderno de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura.
18. É permitida a reprodução desse material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

1- Quanto ao sistema jurídico na Antiguidade Oriental é **CORRETO** afirmar que:

- a) Não existiam naquela época formas sistematizadas de saberes jurídicos e tudo era orientado pelo poder discricionário do Rei.
- b) O Direito alimenta-se dos preceitos religiosos, mas não considera os valores culturais e centra-se no poder moderador do Imperador.
- c) O Direito na Antiguidade Oriental advinha tão somente das tradições familiares, sem relação com o poder divino.
- d) O Direito tem intrínseca relação com a revelação divina e com os costumes decorrentes das tradições culturais daquele tempo.
- e) O ordenamento jurídico era sistematizado no rigor da cultura escrita e do direito material bem próximo ao sistema jurídico de outras nações ocidentais.

2- Do Direito Romano Clássico é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A evidência do reconhecimento da prática de eugenia e do poder exacerbado do *pater famílias* romano (pátrio poder), como características marcantes de uma sociedade patriarcal.
- b) A rebelião plebeia gerou a elaboração da famosa Lei das XII Tábuas, atribuindo mais poder aos plebeus.
- c) A sociedade romana alicerçada nos planos econômico-militar materializava um sistema jurídico coerente com seus interesses estratégicos e de dominação.
- d) A sociedade romana era escravagista e suas instituições políticas e jurídicas expressavam este modelo de conturbação de conflitos, decorrentes das desigualdades sociais.
- e) O universo cultural e a significação moral advinda da sociedade escravagista romana atribuíam ao direito civil romano a forma de direito material e instrumentalmente para os fins teleológicos de atender os interesses de todos.

3- O Direito Romano foi referência universal para vários sistemas jurídicos no mundo. Das alternativas abaixo assinale **a única** que identifica as fases históricas da civilização romana e de suas instituições jurídico-políticas:

- a) 1ª) Baixo Império; 2ª) Realeza; 3ª) Principado; 4ª) República.
- b) 1ª) Baixo Império; 2ª) Realeza; 3ª) República; 4ª) Principado.
- c) 1ª) Realeza; 2ª) República; 3ª) Principado; 4ª) Baixo império.
- d) 1ª) República; 2ª) Principado; 3ª) Realeza; 4ª) Baixo Império.
- e) Nenhuma das alternativas acima está correta.

4- Quanto a Teoria Pura de Hans Kelsen, é **INCORRETO** afirmar:

- a) A teoria de Kelsen tem valor inquestionável, pois acentua a estrutura formal e não se dedica ao conteúdo e propósito da lei, tão somente quanto a sua adequabilidade ao mundo social.
- b) A teoria pura antecede qualquer investigação em direito.
- c) A Teoria Pura do Direito fundamenta-se em dois sentidos: 1) por ser livre de quaisquer considerações ideológicas, não se emitem juízos de valor sobre qualquer sistema jurídico e a análise da norma jurídica; 2) os estudos sociológicos, político, econômico e histórico sobre o Direito ficam além da esfera de ação da teoria pura.
- d) Hans Kelsen foi considerado o criador da versão mais radical do positivismo jurídico com sua autoproclamada teoria “pura” do Direito.
- e) Kelsen argumentava que os estudos pressupunham uma investigação a priori da natureza do direito, ao modo de teoria pura.

5- Quanto a Dialética Marxista do Direito é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A ciência jurídica reveste-se de uma práxis revolucionária e orgânica.
- b) A positividade da norma jurídica é pilar para um sistema jurídico transformador.
- c) Defende um direito engajado e emancipador.
- d) Não defende o valor dogmático do direito estatal.
- e) O direito é ideológico-valorativo, visa transformar a sociedade nos ideais do justo para sua plena humanização.

6- Em relação ao tempo do crime, o Código Penal Brasileiro adotou a denominada:

- a) Teoria da atividade;
- b) Teoria da conditio *sine qua non*;
- c) Teoria do resultado;
- d) Teoria mista ou da ubiquidade;
- e) Nenhuma das alternativas.

7- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A lei excepcional ou temporária, ainda que decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência;
- b) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- c) A pena computada no estrangeiro atenua a imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas;
- d) Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional;
- e) Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou liberdade do Presidente da República;

8- A norma penal incompleta ou imperfeita é aquela:

- a) Norma penal em branco que necessita de complementação dos elementos integrantes do tipo penal;
- b) Norma penal em branco que necessita de complementação para se compreender o âmbito de aplicação do preceito primário;
- c) Norma penal que a sanção imposta pela transgressão do preceito primário encontra-se prevista em outro tipo penal;
- d) Norma penal que necessita de complementação dos elementos integrantes da culpabilidade;
- e) Nenhuma das alternativas.

9- Quanto ao erro mandamental, pode-se afirmar que:

- a) Trata-se do erro que incide sobre a existência ou limites de uma causa de justificação;
- b) Trata-se do erro que incide sobre o conteúdo proibitivo de uma norma penal;
- c) Trata-se do erro que incide sobre o tipo fundamental descrito no preceito primário da norma;
- d) Trata-se do erro que incide sobre os crimes omissivos, sejam eles próprios ou impróprios;
- e) Nenhuma das alternativas.

10- No que tange ao concurso de pessoas, o artigo 29 do Código Penal Brasileiro adotou, via de regra, a:

- a) Teoria da ubiquidade;
- b) Teoria dualista;
- c) Teoria pluralista;
- d) Teoria unitária ou monista;
- e) Nenhuma das alternativas.

11- A ação penal secundária é aquela que:

- a) As circunstâncias aplicadas ao caso fazem variar a modalidade de ação a ser intentada, transmutando a natureza da ação penal;
- b) Cabe à vítima ajuizar a ação penal, caso o Ministério Público não a ofereça no prazo de 30 dias;
- c) Forma um litisconsórcio ativo entre o Ministério Público e o Querelante, nas ações penais públicas incondicionadas e privadas;
- d) Incumbe à vítima, secundariamente, oferecer a ação penal privada no prazo decadencial de 6 meses;
- e) Nenhuma das alternativas.

12- Em relação ao crime de homicídio, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) De acordo com a jurisprudência do STJ, a qualificadora da “paga ou promessa de recompensa” aplica-se tanto ao mandante quanto ao executor do crime.
- b) É admissível a existência do homicídio qualificado-privilegiado;
- c) Na hipótese de homicídio doloso, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequência da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária;
- d) O homicídio será qualificado pelo emprego de veneno desde que a substância for ministrada de forma insidiosa;
- e) Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço;

13- Caio, com 20 anos de idade e Roberta, com 13 anos de idade, sob juramento, decidiram morrer na mesma ocasião. Para isso ambos trancaram-se em um quarto hermeticamente fechado e Roberta abriu a torneira de um botijão de gás; todavia somente ela faleceu, enquanto Caio sobreviveu. Nessa situação, Caio deverá responder por:

- a) Homicídio doloso.
- b) Homicídio tentado;
- c) Infanticídio;
- d) Lesão corporal gravíssima;
- e) Participação em suicídio;

14- Suponha o seguinte caso hipotético: Tício, agindo com *animus furandi*, deu uma trombada em uma anciã e a derrubou ao solo, puxando violentamente a sua bolsa, subtraindo cartões de crédito, talonários de cheque e R\$ 1.000,00 em dinheiro, assim como causando-lhe lesão corporal de natureza leve. Nessa situação, de acordo com o entendimento majoritário do STJ, Tício deverá responder pelo crime de:

- a) Furto em concurso material com lesão corporal leve;
- b) Furto qualificado;
- c) Furto simples
- d) Roubo simples;
- e) Nenhuma das alternativas.

15- Caio, pretendendo roubar R\$ 30.000,00 que Tício acabara de sacar em banco, com emprego de arma de fogo municionada, abordou-o no caminho para casa. Tício, no entanto, reagiu. Durante a troca de tiros, Caio matou um transeunte que passava pelo local, empreendendo fuga em seguida, sem consumir a subtração patrimonial. Nessa situação, de acordo com o entendimento sumulado do Pretório Excelso, Caio deverá responder pelo crime de:

- a) Latrocínio consumado;
- b) Latrocínio tentado;
- c) Roubo tentado e homicídio, em concurso formal;
- d) Roubo tentado e homicídio, em concurso material;
- e) Nenhuma das alternativas.

16- De acordo com o hodierno posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, a conduta do suspeito que, diante da autoridade policial, atribui a si mesmo falsa identidade em atitude de autodefesa caracteriza o crime de:

- a) Falsa identidade;
- b) Falsidade ideológica;
- c) Fato atípico em virtude da autodefesa;
- d) Uso de documento falso;
- e) Nenhuma das alternativas.

17- Caio, necessitando com urgência se deslocar para a cidade de Porto Velho/RO, adquire em Rio Branco/AC uma Carteira Nacional de Habilitação grosseiramente falsificada e perceptível por meio de exame visual. Na rodovia BR-364, ao ser abordado por policial rodoviário federal, apresentou a CNH falsa, restando preso em flagrante delito. Caio cometeu o crime de:

- a) Falsa identidade;
- b) Falsidade ideológica;
- c) Fato atípico;
- d) Uso de documento falso;
- e) Nenhuma das alternativas.

18- Na esteira do posicionamento doutrinário majoritário contemporâneo, o sistema processual penal brasileiro é um sistema:

- a) acusatório;
- b) inquisitivo;
- c) misto;
- d) ortodoxo;
- e) nenhuma das alternativas.

19- A ação de prevenção penal é aquela:

- a) Ação proposta contra o imputável reincidente, na qual deve ser pedida a condenação com imposição da circunstância agravante;
- b) Ação proposta contra o inimputável na qual deve ser pedida a absolvição com imposição de medida de segurança;

- c) Ação proposta exclusivamente pela vítima que visa prevenir e restaurar os danos praticados na esfera cível;
- d) Ação proposta pelo Ministério Público objetivando prevenir a sociedade da prática de novos delitos por parte do acusado reincidente;
- e) Nenhuma das alternativas.

20- Para o Supremo Tribunal Federal, no direito processual penal comum, vige em relação à ação penal pública o princípio da:

- a) Discricionariedade regrada;
- b) Divisibilidade;
- c) Indivisibilidade;
- d) Oportunidade temperada;
- e) Nenhuma das alternativas.

21- A competência processual penal será determinada pela continência quando:

- a) A prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração;
- b) Duas ou mais infrações houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, ou por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar, ou por várias pessoas, umas contra as outras;
- c) Duas ou mais infrações houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas;
- d) Duas ou mais pessoas forem acusadas pela mesma infração;
- e) Nenhuma das alternativas.

22- De acordo com o CPP, poderão ser opostas as seguintes exceções, salvo:

- a) Coisa Julgada.
- b) Incompetência de juízo;
- c) Litispendência;
- d) Perempção;
- e) Suspeição;

23- No âmbito do Direito Processual Penal, em relação às medidas assecuratórias, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A hipoteca legal sobre os imóveis do indiciado poderá ser requerida pelo ofendido em qualquer fase do processo, desde que haja certeza da infração e indícios suficientes da autoria;
- b) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiros;
- c) O sequestro autuar-se-á em apartado e admitirá embargos de terceiro;
- d) Se o responsável não possuir bens imóveis ou os possuir de valor insuficiente, poderão ser arrestados bens móveis suscetíveis de penhora, nos termos em que é facultada a hipoteca legal dos imóveis;
- e) Nenhuma das alternativas.

24- Quanto ao incidente da insanidade mental do acusado, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O exame poderá ser ordenado apenas na fase judicial;
- b) Pode ser ordenado pelo juiz de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado;
- c) Se a insanidade mental sobrevier no curso da execução da pena será extinta a punibilidade;
- d) Se se verificar que a doença mental sobreveio à infração o acusado deverá ser absolvido sumariamente, aplicando-se a medida de segurança;
- e) Nenhuma das alternativas.

25- A regra da *Kompetenz Kompetenz* significa que:

- a) A competência relativa pode ser declarada de ofício pelo juiz;
- b) A incompetência absoluta pode ser prorrogada;
- c) Todo juiz tem competência para analisar sua própria competência;
- d) Todo juiz tem competência para analisar, de ofício, as condições da ação;
- e) Nenhuma das alternativas.

26- Na concepção moderna, pode-se afirmar que direito de ação é:

- a) Direito privado, subjetivo e abstrato de invocar a tutela jurisdicional do Estado;
- b) Direito privado, subjetivo e concreto de invocar a tutela jurisdicional do Estado;
- c) Direito público, subjetivo e abstrato de invocar a tutela jurisdicional do Estado;
- d) Direito público, subjetivo e concreto de invocar a tutela jurisdicional do Estado;
- e) Nenhuma das alternativas.

27- Analise as proposições abaixo e marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) O princípio dispositivo, também denominado de princípio da inércia da jurisdição, significa que nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais;
- b) Pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, nenhum juiz será afastado de suas funções sem que se lhe garanta, em processo adequado, os direitos inerentes ao contraditório e ampla defesa;
- c) Pelo princípio do juiz e do promotor natural, assegura-se a impossibilidade de posterior e arbitrária designação daqueles para o acompanhamento de uma causa qualquer, ou seja, impede-se a instituição de juiz e promotor de exceção;
- d) Toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- e) Nenhuma das alternativas.

28- Algumas pessoas, em virtude de suas funções, estão dispensadas da apresentação do documento intitulado “plenos poderes” para a realização de todos os atos relativos à conclusão de um tratado. São, pois, considerados plenipotenciários:

- a) Os chefes de Estado, de governo e os ministros das Relações Exteriores;
- b) Os chefes de missão diplomática e cónsules;
- c) Os presidentes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;
- d) Os representantes dos Estados perante uma organização internacional;
- e) Nenhuma das alternativas.

29- Analise as assertivas abaixo e marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) A deportação consiste na retirada compulsória do estrangeiro que entrou ou permanece irregularmente no país;
- b) A extradição dá-se em caso de condenação criminal no país de domicílio ou por atos que tornem a presença inconveniente do estrangeiro no país;
- c) A extradição exige o requisito da dupla tipicidade, ou seja, o delito deve ser considerado crime no Brasil e no país requerente;
- d) O brasileiro naturalizado, desde que por crimes anteriores à naturalização ou, a qualquer tempo, por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins pode ser extraditado;
- e) Nenhuma das alternativas.

30- A Emenda Constitucional 45/2004, intitulada “Reforma do Judiciário” conferiu novo status aos tratados e convenções internacionais sobre os direitos humanos que o Brasil for signatário. Em conformidade ao novel regramento constitucional:

- a) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em um turno, por maioria simples dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em um turno, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- c) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria simples dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- d) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais;
- e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

31- Acerca do controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A técnica da interpretação conforme a constituição é admitida pelo STF.
- b) Ao Senado Federal compete suspender a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF em controle concentrado e abstrato de constitucionalidade.
- c) As decisões proferidas em controle difuso de constitucionalidade, como regra geral, não possuem eficácia *erga omnes*.
- d) O controle abstrato de constitucionalidade de lei federal é exercido, com exclusividade, pelo STF.
- e) O controle difuso de constitucionalidade pode ser exercido por toda a magistratura brasileira, desde que o faça à luz de um caso concreto.

32- Ainda sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A inconstitucionalidade formal de uma lei indica vício no processo legislativo.
- b) O controle preventivo de constitucionalidade é exercido precipuamente pelo Poder Legislativo.
- c) O direito brasileiro admite a figura da inconstitucionalidade por omissão.
- d) O Presidente da República exerce controle preventivo de constitucionalidade por intermédio do chamado “veto jurídico”.
- e) N.D.A.

33- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Aos magistrados brasileiros é vedado dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) É possível o ingresso na magistratura brasileira sem concurso público.
- c) O Conselho Nacional de Justiça é órgão externo ao Poder Judiciário.
- d) Os magistrados brasileiros gozam de inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos.
- e) Segundo a Constituição, o Ministério Público e a Defensoria Pública são funções essenciais à Justiça.

34- Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A ação popular, a ser intentada por qualquer cidadão, tem cabimento para a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, dentre outras hipóteses.
- b) Conceder-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- c) Conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- d) É devido o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios em *habeas corpus* e *habeas data*.
- e) Não cabe *habeas data* para a retificação de dados constantes de cadastros públicos.

35- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A pena de morte é proibida no Brasil, em qualquer hipótese.
- b) A saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia e o lazer são exemplos de direitos sociais.
- c) As provas obtidas por meios ilícitos podem ser admitidas, desde que seja em processo civil.
- d) O direito à vida, à liberdade e à propriedade também são exemplos de direitos sociais.
- e) O direito de propriedade é absoluto, pois o proprietário pode fazer de seus bens o que bem entender.

36- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não possuem aplicação plena, pois são normas constitucionais de eficácia contida.
- b) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, quando incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro na forma prevista pela Constituição, passam a fazer parte do chamado “bloco de constitucionalidade”.
- c) As normas constitucionais de eficácia limitada não necessitam de lei regulamentadora.
- d) Pode-se afirmar que os direitos e garantias previstos no art. 5º da Constituição são normas programáticas.
- e) O preâmbulo da Constituição possui força normativa.

37- Assinale a **INCORRETA**:

- a) A constituição veda o direito de greve aos servidores públicos
- b) A investidura em cargos ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão.
- c) A legalidade e a impessoalidade são princípios norteadores da administração pública brasileira.
- d) É possível a acumulação remunerada de dois cargos de professor.
- e) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para o cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

38- Assinale a **INCORRETA**:

- a) A Constituição igualou homens e mulheres no tocante aos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.
- b) A Constituição não reconhece efeito civil ao casamento religioso, pois vivemos em um Estado laico.
- c) A união estável goza da proteção constitucional dada à família.
- d) O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.
- e) Segundo a Constituição, a família é a base da sociedade e tem especial proteção do Estado.

39- Assinale a **CORRETA**:

- a) A prática do racismo constitui crime afiançável e prescritível.
- b) É admissível a tortura como método investigativo, desde que seja no combate ao terrorismo.
- c) No Brasil, admitem-se as penas de caráter perpétuo e de banimento para o crime de tráfico de drogas.
- d) O princípio do juiz natural significa, dentre outras coisas, que não poderá existir juiz ou tribunal de exceção.
- e) Os crimes hediondos devem ter o mesmo tratamento jurídico dos demais crimes.

40- Assinale a **INCORRETA**:

- a) A lei não poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados, salvo os casos previstos na Constituição.
- b) É privativo de brasileiro nato o cargo de Presidente da República.
- c) O voto é facultativo para os analfabetos, os maiores de setenta anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- d) Os brasileiros naturalizados não possuem direito ao voto.
- e) Os estrangeiros residentes no País gozam dos direitos e deveres individuais e coletivos estabelecidos na Constituição.

41- Acerca das obrigações solidárias, assinale a resposta **INCORRETA**:

- a) Cada um dos credores solidários tem direito a exigir do devedor o cumprimento da prestação por inteiro.
- b) Havendo solidariedade passiva, o credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum.
- c) Na solidariedade passiva, o devedor que satisfaz a dívida por inteiro tem direito a exigir de cada um dos codevedores a sua quota.
- d) O pagamento feito a um dos credores solidários extingue a dívida até o montante do que foi pago.
- e) n.d.a

42- Acerca das condições, assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) As condições ilícitas são admitidas no direito civil brasileiro, desde que suspensivas.
- b) As condições resolutivas, antes de seu implemento, retiram toda a eficácia que o negócio jurídico normalmente produziria.
- c) As condições suspensivas, quando implementadas, anulam o negócio jurídico.
- d) No direito civil brasileiro, não existem diferenças substanciais entre as condições e os termos, pois ambos são cláusulas acessórias dos negócios jurídicos.
- e) Subordinando-se a eficácia do negócio jurídico à condição suspensiva, enquanto esta não se verificar, não se terá adquirido o direito, a que ele visa.

43- Acerca do erro, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- a) É tido como um defeito do negócio jurídico.
- b) O chamado “erro quanto à pessoa” (*error in ipso personae*) não viciará o negócio jurídico quando, por seu contexto ou circunstância, se puder identificar a pessoa cogitada.
- c) O chamado erro de cálculo é considerado como erro inescusável, sendo causa de anulação do negócio jurídico.
- d) O erro accidental, que versa sobre elementos não essenciais do negócio jurídico, não é causa de anulação e nem de nulidade do negócio jurídico.
- e) Pode-se afirmar ser hipótese de erro substancial quando o erro interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais.

44- São bens imóveis:

- a) A hipoteca e o penhor.
- b) As edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- c) O direito à sucessão aberta e a energia elétrica.
- d) Os direitos pessoais de natureza patrimonial.
- e) Os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem ou não.

45- Acerca das pessoas jurídicas, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A fundação é uma reunião de bens (*universitas bonorum*) que ganha personalidade jurídica por perseguir fins altruísticos.
- b) As associações possuem finalidade lucrativa e as sociedades não almejam o lucro.
- c) Começa a existência da pessoa jurídica de direito privado com a aprovação de seu estatuto ou ato constitutivo.
- d) O Código Civil veda a criação de fundação por testamento.
- e) Os partidos políticos são considerados pessoas jurídicas de direito público, uma vez que se sujeitam à legislação eleitoral.

46- Segundo o Código Civil de 2002, são relativamente incapazes:

- a) Os excepcionais, com desenvolvimento mental incompleto, e os que, mesmo por causas transitórias, não puderem exprimir sua vontade.
- b) Os loucos de todo o gênero e os indígenas.
- c) Os menores de 18 anos.
- d) Os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido e os pródigos.
- e) N.D.A.

47- Assinale a **INCORRETA**:

- a) Emancipação é a aquisição da maioridade antes do termo legal, ou seja, antes dos 18 anos completos.
- b) O casamento é uma das hipóteses de emancipação.
- c) Pelas regras da comoriência, se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão simultaneamente mortos.
- d) Quem escreve obras artísticas e literárias sob pseudônimo não goza de proteção jurídica, posto que a Constituição Federal veda o anonimato.
- e) Sendo o nome um direito personalíssimo, é irrenunciável, sofrendo alterações apenas em hipóteses restritas previstas na lei e na jurisprudência.

48- Como regra geral, pode-se afirmar que o inadimplemento contratual:

- a) Gera a possibilidade de anulação do contrato.
- b) Gera o dever de indenizar danos morais.
- c) Gera o dever de indenizar perdas e danos.
- d) Gera o distrato, pois configura a ocorrência do vício redibitório.
- e) Todas as anteriores estão corretas.

49- Acerca das obrigações, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A quitação sempre poderá ser passada por instrumento particular, ainda que a dívida esteja materializada em escritura pública.
- b) Denomina-se credor putativo aquele cujo crédito encontra-se prescrito.
- c) Em hipótese alguma poderá o credor cobrar dívida antes do vencimento.
- d) Salvo se as partes convencionarem diversamente ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias do caso, as obrigações são portáteis.
- e) Terceiros não podem pagar a dívida pelo devedor, uma vez que o credor tem o direito de exigir o pagamento apenas deste.

50- Assinale a **INCORRETA**:

- a) As obrigações de dar coisa certa regem-se pelo princípio do *res perit domino* (a coisa perece para o dono).
- b) As obrigações de dar coisa incerta regem-se pelo princípio do *genus nunquam perit* (o gênero nunca perece).
- c) As obrigações de fazer infungíveis só podem se executadas pelo próprio devedor, não cabendo o adimplemento por terceiros.
- d) As obrigações divisíveis se regem pelo princípio do *concurso partes fiunt* (as partes se satisfazem no concurso).
- e) Salvo estipulação em contrário, nas obrigações facultativas a escolha cabe ao credor, caso em que poderá escolher a “nata do gênero”.

51- O Processo deve ser extinto sem julgamento de mérito, exceto:

- a) Quando ausente um dos pressupostos processuais.
- b) Quando ficar parado durante mais de um ano por negligência das partes.
- c) Quando o autor desistir da ação.
- d) Quando o juiz acolher ou rejeitar o pedido do autor.
- e) Quando o juiz indeferir a petição inicial.

52- Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O direito processual brasileiro não admite a figura do conflito positivo de competência.
- b) A sentença prolatada pelo juiz absolutamente incompetente será válida caso confirmada pelo juiz competente.
- c) A competência estabelecida em razão da matéria é relativa e, pois, prorrogável.
- d) A competência absoluta é improrrogável e inderrogável pela vontade das partes.
- e) N.D.A.

53- Assinale a **INCORRETA**.

- a) Os elementos da demanda são as partes, o pedido e a causa de pedir.
- b) Ocorre o litisconsórcio quando, em um dos polos da relação jurídica processual, existirem duas ou mais pessoas.
- c) O litisconsórcio será unitário quando o juiz houver de decidir a demanda de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- d) O litisconsórcio é instituto jurídico muito criticado pela doutrina, posto ser causa de morosidade processual.
- e) Como regra geral pode-se dizer que o litisconsórcio unitário é necessário, mas o direito processual civil brasileiro admite a hipótese do litisconsórcio facultativo unitário.

54- Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Em locais inacessíveis, terá validade a citação realizada via rádio, jornal ou televisão.
- b) A citação por hora certa deverá ser realizada quando o Oficial de Justiça tiver a notícia de que o réu tem domicílio em outro município.
- c) A citação por edital poderá ser realizada mesmo quando o réu possuir domicílio certo e determinado, desde que seja em outra comarca.
- d) A citação interrompe a prescrição, induz litispendência e torna litigiosa a coisa, dentre outros efeitos.
- e) A citação deverá ser realizada, preferencialmente, por Oficial de Justiça.

55- Assinale a **INCORRETA**:

- a) Nas comarcas onde houver mais de uma vara, considera-se proposta a ação tão logo seja distribuída a petição inicial.
- b) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir sem o consentimento do réu.
- c) Após o saneamento do processo, a demanda não poderá ser modificada, mesmo havendo consentimento do réu.
- d) A morte do advogado de uma das partes dá ensejo à suspensão do processo.
- e) A falta de pressuposto processual enseja o julgamento improcedente dos pedidos formulados pelo autor.

56- Assinale a **CORRETA**:

- a) Reputa-se litigante de má-fé aquele que alterar a verdade dos fatos, hipótese em que poderá ser condenado ao pagamento de multa.
- b) Para realizar a defesa de seus clientes, o advogado poderá empregar expressões injuriosas em seus escritos, desde que necessárias ao exercício do contraditório.
- c) O dever de lealdade e boa-fé aplica-se aos advogados, mas não às partes.
- d) Deflui-se do princípio da sucumbência que as partes devem custear proporcionalmente as custas processuais e o honorários advocatícios, mesmo que apenas um deles seja o vencedor da demanda.
- e) A mediação é método auto-compositivo ineficaz para a solução dos conflitos interindividuais.

57- Assinale a **INCORRETA**:

- a) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.
- b) Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado.
- c) A parte poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- d) A Fazenda Pública tem prazo em quádruplo para contestar.
- e) N. D. A.

58- A petição inicial deverá ser indeferida, exceto:

- a) Quando o juiz verificar a ocorrência da prescrição ou decadência.
- b) Quando o autor carecer de interesse processual.
- c) Quando foi inepta.
- d) Quando a parte for manifestamente ilegítima.
- e) Caso padeça de vício sanável.

59- Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) O princípio do dispositivo indica que o juiz pode deixar de julgar a causa, desde que inexista lei regulando o assunto.
- b) O princípio do devido processo legal deriva diretamente do Código de Processo Civil, pois não há previsão deste princípio na Constituição Federal.
- c) O princípio do contraditório indica que as partes devem ser ouvidas e informadas de todos os atos processuais a serem praticados, com possibilidade de participação efetiva.
- d) O Código de Processo Civil não permite que as audiências sejam gravadas em vídeo ou meios magnéticos.
- e) N.D.A

60- São pressupostos processuais, exceto:

- a) A legitimidade *ad causam* e o pedido juridicamente possível.
- b) A inexistência de litispendência e coisa julgada.
- c) A existência da jurisdição e a competência.
- d) A citação válida.
- e) A capacidade postulatória.